Os não-humanos: diferentes perspectivas para pensar a cidadania comunicativa[1]

Vívian Maria CORNETI DE LIMA[2]
Universidade Federal do Oeste da Bahia

Resumo

O presente artigo entende que a cidadania comunicativa (MONJE et al, 2009; MATA, 2006; MALDONADO, 2012, 2015) pode ser pensada a partir da agência dos elementos não-humanos que constituem sua rede sociotécnica. No caso específico, a cidadania comunicativa pode ser observada no processo democrático brasileiro, através da utilização da urna eletrônica. Pela perspectiva da Teoria Ator-Rede (LATOUR, 1994, 2008, 2012; LAW, 1992; VENTURINI, 2010; LEMOS, 2013), consideramos que a urna eletrônica é um elemento-chave na construção da cidadania comunicativa por pessoas com deficiência, ainda que algumas controvérsias precisem ser superadas para sua utilização. A descrição da ação do voto e alguns exemplos do cotidiano de pessoas com deficiência são apresentados para a exemplificação dos pilares aqui defendidos.

Palavras-chave

Cidadania Comunicativa; Teoria Ator-Rede; Pessoas com Deficiência.

Introdução

As formas de comunicação foram, ao longo da evolução da organização social, sofrendo alterações, principalmente a partir da introdução de tecnologias que modificaram o processo comunicativo, como pode ser apreendido em estudos sobre a história dos meios de comunicação, bem como em estudos sobre a epistemologia do campo (LOPES, 1990; LASSWELL, 1948; HOHLFELDT et al 2001; MARTÍN-BARBERO, 1997; MATTELART, 1994, 2000 e WOLF, 2012). As primeiras formas de comunicar eram feitas basicamente com sons e gestos. Posteriormente houve a incorporação da escrita (códigos e desenhos), que ganhou novos contornos com a invenção da prensa. Desde então, diversos outros meios de

[1] Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XVII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Professora Assistente na Universidade Federal do Oeste da Bahia. Doutoranda em Comunicação e Culturas Contemporâneas na Universidade Federal da Bahia UFBA, na linha Cibercultura, sob orientação do Prof. Dr. André Lemos. Mestre em Comunicação Social pela UNISINOS na Linha Cultura, Cidadania e Tecnologias da Comunicação (2014), sob orientação do Prof. Dr. Alberto Efendy Maldonado. Integrante dos Grupos de Pesquisa Lab404 - Laboratório de Pesquisa em Mídia Digital, Redes e Espaço e PROCESSOCOM - Processos Comunicacionais: epistemologia, midiatização, mediações e recepção.

comunicação como o rádio, a televisão, o cinema e, atualmente, a internet, passaram a ser os norteadores das formas de comunicar.

Os meios de comunicação estabelecem relação direta com a cidadania. Pela televisão, internet, cinema, jornais e rádio, as pessoas podem se informar e participar da formação dos mais diversos projetos de interesse coletivo acontecidos, não apenas em seu país, como também no mundo, promovendo assim a democratização das relações na sociedade civil. Ao fazer uso dos meios de comunicação as pessoas podem construir a sua *cidadania comunicativa* (MONJE et al, 2009; MATA, 2006; MALDONADO, 2012, 2015), a fim de construir suas próprias reivindicações, fazer suas denúncias, criar laços afetivos e desenvolver novas formas de ativismo.

Os estudos sobre a questão da técnica e a sua relação com a esfera social compreendem a conjuntura investigativa inerente ao campo comunicacional, abrangendo as propostas apresentadas por pensadores como Martin Heidegger (2007; 2012), Vilém Flusser (2007), Michel Foucault (1998, 2014), Bruno Latour (1994; 2011; 2012), dentre outros. Determinados instrumentos técnicos, cuja utilização não seja formalmente compreendida como um meio de comunicação, também podem ser interpretados pela ótica da cidadania comunicativa se pensarmos na atividade de transmissão de informação que se dá a partir deles, como é o caso da urna eletrônica. Compreendemos a urna eletrônica enquanto um meio de comunicação, tendo em vista sua função de transmitir a mensagem de voto desejada pelo eleitor para que esta seja contabilizada, construindo assim o processo democrático brasileiro e permitindo o exercício da cidadania comunicativa. A urna eletrônica dá "voz" aos cidadãos.

Pretendemos neste artigo abordar a temática da cidadania e da democracia, com aproximações mais específicas ao conceito de cidadania comunicativa e com foco nos processos híbridos pelos quais ela é constituída, utilizando a perspectiva da Teoria Ator-Rede - TAR (LATOUR, 1994, 2008, 2012; LAW, 1992; VENTURINI, 2010; LEMOS, 2013) como agente articulador e metodológico. Procurando pensar para além dos relacionamentos formais estabelecidos por e entre os homens, mas procurando entender como os elementos técnicos, ou não-humanos, têm sido essenciais para a sua construção, o presente artigo tem como objetivo investigar algumas particularidades da construção da cidadania comunicativa por pessoas com deficiência física, através do exercício democrático. Pela descrição de alguns casos, buscaremos identificar os principais atores envolvidos na rede sociotécnica acionada pelo exercício da cidadania comunicativa por pessoas tetraplégicas, isto é, que não têm nenhum movimento do corpo do pescoço para baixo. O estudo permitirá o movimento inicial

de uma análise mais ampla a ser construída, onde, a partir de então, cada ponto da rede poderá ser investigado em profundidade e poderão ser observadas as controvérsias (VENTURINI, 2010) que se fazem presentes para a construção da cidadania comunicativa para este grupo tão específico da sociedade.

Teoria Ator-Rede: uma sociologia das associações

A TAR tem sido desenvolvida desde a década de 1980, por pensadores como Bruno Latour, Michel Callon e John Law, em pesquisas inicialmente realizadas dentro da área dos Estudos de Ciência e Tecnologia (Science and Tecnology Studies – STS), mas que hoje se espalham pelos mais diversos campos do conhecimento, incluindo o da Comunicação. Segundo Lemos (2013, p. 31), a TAR

> É uma "sociologia das associações e da tradução", uma "sociologia da mobilidade" que nos coloca em questão a noção de social e de sociedade, de ator e de rede. O hífen da expressão é uma forma de sair da improdutiva discussão sobre de que lugar falar sobre os fenômenos sociais: da agência micro, individual, ou da estrutura, macro, do contexto, do fundo. É também uma questão do tempo, já que "ator-hífen-rede", aponta para uma circulação, para o que "faz fazer" e não para a imobilidade de um dos polos da ação. Ator não é sinônimo de indivíduo, assim como rede não é sinônimo de sociedade.

Por tal perspectiva investigativa, a mais rica reflexão sobre fenômenos sociais precisa considerar a complexidade plena dos fatos e dos processos investigados, desprezando distinções entre nivelamentos, determinismos e caracterizações prévias. Ou seja, procura pensar o "social" como um fenômeno complexo, onde são desenvolvidas ações por uma diversidade de sujeitos, sendo estes elementos humanos ou não-humanos. O entendimento sobre a caracterização do campo social enquanto uma espécie de "entidade" que fornece interpretações generalistas sofre duras críticas por estudiosos da TAR.

> Ainda que a maioria dos cientistas sociais prefira chamar "social" a uma coisa homogênea, é perfeitamente lícito designar com o mesmo vocábulo uma série de *associações* entre elementos heterogêneos. Dado que, nos dois casos, a palavra tem a mesma origem – a raiz latina *socius* -, podemos permanecer fiéis às instituições originais das ciências sociais redefinindo a sociologia não como a "ciência do social", mas como a *busca de associações*. Sob este ângulo, o adjetivo "social" não designa uma coisa entre outras, como um carneiro negro entre carneiros brancos, e sim um *tipo de conexão*, entre coisas que não são, em si mesmas, sociais. (LATOUR, 2012, p. 23)

Ao fazer uma espécie de consideração severa àquilo que denomina de "sociologia do social", Bruno Latour (2012) não apenas propõe uma forma crítica e reflexiva de análise, como esclarece ainda sobre aspectos que dificultam a "caça" aos rastros de fenômenos sociais. Como forma de fortalecer a eficiência, eficácia e a cientificidade dos estudos sociológicos, Latour considera necessário tornar rastreáveis todos os tipos de associações (entre humanos e não-humanos) e, para tanto, propõe maneiras de "reagregar o social" através da TAR. O autor elucida ainda, sobre a fragilidade de análises que apresentem visões essencialistas, que pensem sobre o "social" como algo uniforme e equilibrado.

O "social" deixa de ser uma resposta evasiva para entendimentos que, equivocadamente, sejam pré-estabelecidos como consenso, e passa a ser um rico campo para a dissolução de dúvidas, esclarecimentos e entendimentos diversos. Cabe ressaltar que, pela interpretação sociológica da TAR, a rede não é mais pensada como aquela que liga os atores em suas relações, mas sim como aquela que os compõem, que os constituem: "a tarefa consiste em desdobrar os atores como redes de mediação – daí o hífen na palavra composta "ator-rede"" (LATOUR, 2012, p. 198).

Sobre os atores, ao contrário do que o nome possa sugerir, estes não são apenas os indivíduos/pessoas, mas sim todos os elementos sociotécnicos que estejam se constituindo nas relações, sejam eles humanos ou não-humanos . Os atores podem ser pensados enquanto actantes, ou seja, mediadores que não apenas fazem parte, mas como também modificam e transformam o curso da ação ou fazem o ator fazer algo diferente. E também enquanto intermediários, que são aqueles atores que transportam, mas sem modificar o sentido da ação. Dessa forma, atividades frequentemente realizadas no âmbito das organizações democráticas, sociais e culturais podem ser interpretadas com mais equilíbrio se considerarmos a ação desenvolvida por todos os atores nelas implicados, como é o caso da urna eletrônica no processo eleitoral brasileiro.

A rede sociotécnica das eleições brasileiras apresenta a ação de um actante não-humano que desempenha papel essencial para o processo democrático. Inicialmente este actante era uma cédula de papel e, nos dias atuais, é representado pelas urnas eletrônicas com todo seu aparato de tecnologia e segurança da informação.

Quando a urna não funciona corretamente, tem-se, imediatamente, uma grande controvérsia. Uma série de medidas de contingência precisa ser tomada visando à substituição imediata da urna, bem como a recuperação dos votos nela já contabilizados. Ou ainda, mesmo quando a urna tem seu funcionamento adequado, uma série de questões controversas

comumente vem à tona no período eleitoral. Às vésperas das eleições é comum a ampla repercussão pelo noticiário ou, principalmente, em sites especializados de críticas à sua segurança. Uma simples pesquisa em um site de busca retorna uma diversidade de resultados sobre matérias que visam colocar em cheque a credibilidade da urna.

A urna eletrônica é representativa para pensar a democracia pela ótica da TAR, já que a democracia é um fenômeno social complexo que consiste em uma característica indissociável da cidadania, que é o foco de nosso estudo. Assim como a democracia, a cidadania também pode (e deve) ser pensada através da perseguição dos rastros deixados pelos atores heterogêneos que a constituem e pela compreensão de suas ações.

O conceito de cidadania

> "Inicio a discussão dizendo que o fenômeno da cidadania é complexo e historicamente definido... O exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego. O exercício do voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população. Dito de outra maneira: a liberdade e a participação não levam automaticamente, ou rapidamente, à resolução de problemas. Isto quer dizer que a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras." (CARVALHO, 2016, p. 14)

A cidadania é um fenômeno em complexidade, importância e indefinição. Em conversas informais, ou ainda, no íntimo do pensamento de cada pessoa, principalmente das que possuem certo nível de escolaridade e que vivem nos centros urbanos, há uma impressão de que todos sabem do que trata, afinal de contas, somos todos cidadãos. Sabemos, empiricamente, que a cidadania está relacionada aos direitos, aos deveres, ao bem-estar, à coletividade e às liberdades. Quando votamos, seja por uma cédula de papel ou pela urna eletrônica, exercemos nossa cidadania. Quando nos filiamos a um partido político; quando participamos de algum movimento social; quando fiscalizamos o cumprimento do mandato de nossos governantes; quando acompanhamos a gestão dos gastos públicos; quando usufruímos de benefícios da saúde pública e da previdência social ou quando nos manifestamos a favor ou contra determinada causa, estamos exercendo nossa cidadania.

As raízes do conceito de histórico de cidadania remetem aos pilares da democracia ateniense (a.C.), e permanecem no cerne das questões de debate público até os dias atuais (CARVALHO, 2016; CORTINA, 2005; DIMENSTEIN, 1992,1998, 1999), de tal forma que a simples tentativa de definição de um conceito de cidadania seria assim um esforço dispendioso, até mesmo leviano, que poderia chegar a lugar algum. "A cidadania é um conceito mediador porque integra exigências de justiça e, ao mesmo tempo, faz referência aos que são membros da comunidade. Une a racionalidade da justiça com o calor do sentimento

de pertença." (CORTINA, 2005, p. 27). Neste trabalho, a cidadania é mais do que um conceito a ser definido, mas sim um tema a ser debatido e problematizado.

A principal obra a demonstrar a estruturação do conceito de cidadania por um aspecto prático é apresentada por Marshal (1967) que, através da narrativa de movimentos históricos evolutivos, ocorridos na Inglaterra a partir do século XVIII, evidencia o processo de construção de direitos daquela região e também da conscientização da população acerca dos mesmos. Para o autor, a cidadania se constitui pelo tripé da solidificação dos direitos civis, políticos e sociais que teriam sido construídos nesta ordem no contexto inglês.

O conceito de Marshal teria, pela consolidação dos direitos civis, políticos e sociais enquanto pilares, se consolidado como um conceito padrão acerca da "cidadania social". O direito civil tem relação com as liberdades individuais, com a liberdade de expressão, com a decisão, com o livre arbítrio, com o poder de escolha que cada indivíduo tem sobre suas particularidades. Os direitos políticos são relacionados à liberdade e à participação política, onde cada contexto nacional define suas regras de acordo com sua tradição socio-histórica. Já os direitos sociais são a síntese das preocupações com o bem-estar comum, caracterizado pelo acesso à saúde, educação, trabalho, aposentadoria e etc. Na conjuntura brasileira, como demonstra Carvalho (2016), os pilares não teriam seguido a mesma trajetória do exemplo inglês. Nas terras tupiniquins, pela análise histórica feita por Carvalho, o primeiro direito a ter se estruturado teria sido o direito social, precedido pelos demais na mesma ordem.

Como forma de evidenciar a importância que a cidadania desempenha no campo social, visando atingir ao objetivo geral de nosso trabalho, que é investigar as particularidades da construção da cidadania comunicativa por pessoas com deficiência, o esforço teórico se dará no sentido de ressaltar a importância de problematiza-lo junto ao campo da comunicação, ou seja, evidenciar a forte relação estabelecida entre a cidadania e as estratégias comunicativas encontradas no cotidiano.

Cidadania Comunicativa

A população ateniense foi pioneira no estabelecimento de uma organização que proporcionasse a introdução para o debate coletivo de causas de grande repercussão. Aristóteles possibilitou uma provocação, que culminou em maior engajamento da população, ao sugerir o desenvolvimento, a articulação e a participação política como características

inerentes ao homem que, na sua perspectiva seria um "zoón politikón" ou um "animal político[3]" (ARISTÓTELES, 1998).

Partimos da concepção do homem enquanto animal político para a compreensão da cidadania por acreditar que o estabelecimento de negociações, discussões e o jogo argumentativo são as principais características dos seres humanos em sua constituição cidadã, aquelas que os diferem dos outros tipos de animais e favorecem a busca por articulações e organizações. Assumimos assim, o caráter indissociável que a comunicação estabelece com os pilares da cidadania, já que sem transmitir informações, torna-se inviável qualquer definição de regras, normatizações ou códigos de conduta.

Neste artigo não pensamos na cidadania enquanto uma relação puramente humana já que o homem se comunica fazendo uso de associações com instrumentos técnicos, com objetos, com coisas materiais. Inserimos na constituição da cidadania, elementos não-humanos como regulamentos, aparelhos tecnológicos, meios de transmissão de conhecimento e formas de compartilhamento da informação, principalmente em tempos de cultura digital.

> A partir de estos modos de presencia emblemáticos de la ciudadanía en los medios masivos de comunicación, ellos han construido una representación de sí mismos como espacios de saber y colectivización de saber vinculados con la condición ciudadana, como lugares insustituibles para la vida en común y la producción de la política. (MATA, 2006, p. 6)

Ainda que os estudos envolvendo a problemática dos campos da comunicação e da cidadania sejam prática fortalecida no meio acadêmico, especialmente na América Latina, o conceito de cidadania comunicativa (CORTINA, 2005; MATA, 2006; MALDONADO, 2012, 2015; MONJE et al, 2009), não possui uma definição específica, podendo ser considerado um elemento em construção. Neste artigo, apoiamo-nos na concepção de Mata (2006, p. 13), para quem a noção de cidadania comunicativa deve ser compreendida como "o reconhecimento da capacidade de ser sujeito de direito e demanda no terreno da comunicação pública, e o exercício desse direito[4]".

Pensamos a cidadania comunicativa através de uma arquitetura interativa, dinâmica, compartilhada, plural e instantânea do processo comunicacional. Uma proposta que supera os moldes instrumentais funcionalistas, que subverte a lógica da agulha hipodérmica, que vai além do modelo emissor-receptor, que supera o esquema de Lassweel de two-*step flow of*

[3] Ou ainda, "animal cívico" como preferem algumas traduções.
[4] TRADUÇÃO NOSSA: "el reconocimiento de la capacidad de ser sujeto de derecho y demanda en el terreno de la comunicación pública, y el ejercicio de ese derecho"

comunicattion e que concede liberdade e autonomia a todos. Pensamos na cidadania comunicativa enquanto as maneiras encontradas pelos indivíduos de se apropriarem dos meios de comunicação e fazerem deles as suas estratégias de delineamento, construção e reivindicação de seus direitos sociais, civis e políticos. Pensamos na cidadania comunicativa construída pela utilização da urna eletrônica.

Entendemos que a cultura digital privilegia a prática da cidadania comunicativa por proporcionar espaços onde os usuários podem exercer livremente as suas ambições, podem participar de grupos com os quais se identificam, envolver-se em causas públicas, articular questões de cunho pessoal, manifestar-se politicamente, emitir sua opinião, apoiar, discordar, intervir e informar-se sobre necessidades constituídas por suas subjetividades, por seus gostos e preferências. Redes sociais, e-mails, fóruns, listas, aplicativos, sites, links, notícias, cursos, matérias, enquetes, petições, são apenas alguns exemplos de possibilidades para a prática da cidadania comunicativa na cibercultura.

> Os aspectos jurídicos, políticos e sociais [da cidadania] precisam afinar-se com os componentes comunicacionais de sua constituição. Na fase atual, em que cada vez mais as pessoas se tornam e têm a possibilidade de serem produtoras de signos que circulam de maneira abrangente, diminuiu significativamente o empecilho técnico para divulgar mensagens para milhões de pessoas, a potência de transmissão não requer de custosas e poderosas antenas; hoje a circulação depende mais de aspectos culturais para estabelecer pactos de comunicação, nexos de leitura, hábitos culturais, vínculos e reconhecimentos simbólicos. (MALDONADO, 2015, p. 11)

O marketing eleitoral é uma estratégia utilizada por partidos e candidatos para a construção de suas imagens e propagação de seus ideais. Os recentes escândalos no Brasil, que evidenciaram dezenas de milhões pagos aos marqueteiros dos principais partidos políticos, tornam evidente o quanto o investimento em manobras e estratégias comunicativas é interessante àqueles que almejam chegar ao poder. Em tempos de comunicação de massa, a interação com os cidadãos se dava diante de algumas poucas reportagens e entrevistas, com o advento do digital, houve o fortalecimento dos canais que possibilitam o contato mais próximo do cidadão com os candidatos, expandido sua forma de fazer reivindicações.

A cidadania comunicativa também pode ser exercida, por exemplo, quando o sujeito faz uso de um celular para registrar irregularidades como o pagamento de propina ou para fotografar um buraco na rua e compartilha isso em suas redes sociais. Quando há registros em vídeo de mau atendimento em órgãos públicos ou, ainda, quando a coletividade sistematiza, através das redes sociais digitais, a organização de movimentos reivindicatórios, como a

Primavera Árabe (envolvendo países como Egito, Tunísia, Líbia, Síria Iêmem e Barein) ou as manifestações de junho de 2013 que ocorreram no Brasil.

A cidadania comunicativa de pessoas com deficiência

John Law (1992) esclarece que a TAR interpreta a formação, estruturação e a evolução social, bem como a tecnológica, distante de quaisquer tipos de restrições, através de análises simétricas, que fujam dos determinismos, sejam eles tecnológicos ou humanos, e que a TAR,

> insiste que os agentes sociais não estão localizados em corpos e corpos por si só, mas sim que um ator é uma rede padronizada das relações heterogêneas, ou um efeito produzido por tal rede. O argumento é que pensando, agindo, escrevendo, amando, ganhando - todos os atributos que normalmente se atribuem a seres humanos, são geradas redes que atravessam e se ramificam dentro e fora do corpo. Daí o termo, ator-rede - um ator é também, sempre, de uma rede. (LAW, 1992, p. 4, tradução nossa[5])

Sendo assim, compreendemos que a opção pela TAR, enquanto agente norteador de uma investigação que pretende pensar a fecundidade das interações entre os seres humanos e não-humanos (homens e tecnologias da comunicação), permitiria uma oportunidade estratégica para identificar, conhecer, rastrear, analisar, mapear e compreender a complexidade da rede sociotécnica acionada pelo exercício da cidadania comunicativa na contemporaneidade.

A urna eletrônica encontra-se inserida no complexo contexto eleitoral, que contempla fatores políticos, comunicacionais, partidários e ideológicos. Inserida neste contexto, a urna permite e gerencia o voto através da pressão do dedo do eleitor sobre o teclado nas teclas que correspondem à inscrição eleitoral de seu candidato. No segundo turno das eleições presidenciais no Brasil realizadas no ano de 2014, mais de 54 milhões de pessoas foram às urnas e apertaram os números 1 e 3, que correspondiam à inscrição da candidata Dilma Rousseff. Embora a ação de apertar os números da urna possa ser feita com facilidade pela grande maioria do eleitorado brasileiro, bastando o movimento dos dedos e a conferência visual dos números na tela, há de se pensar que nem todos os cidadãos possuem capacidade

[5] TEXTO ORIGINAL: "insists that social agents are never located in bodies and bodies alone, but rather that an actor is a patterned network of heterogeneous relations, or an effect produced by such a network. The argument is that thinking, acting, writing, loving, earning -- all the attributes that we normally ascribe to human beings, are generated in networks that pass through and ramify both within and beyond the body. Hence the term, actor-network -- an actor is also, always, a network."

plena de visão ou mobilidade física. Dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontam que 6,2% da população brasileira têm algum tipo de deficiência6.

Para os cidadãos com deficiência visual, todas as urnas contam com inscrição em braille, que é o sistema de leitura para cegos criado pelo francês Louis Braille, em 1825. Em algumas urnas existe também a possibilidade de ser ativado o sistema de som onde o leitor coloca um fone de ouvido para tornar audível o som emitido pela urna, que descreve o cargo para qual está sendo dirigido o voto e também o número digitado pelo eleitor. Entretanto, pessoas com deficiência física, encontram dificuldades que vão além da acessibilidade ao local de votação. Determinadas deficiências, como a tetraplegia, impedem que o cidadão realize o movimento de dedos, mãos e braços e nestes casos, mesmo com toda sua capacidade cognitiva preservada, o "simples" gesto de apertar os botões na urna torna-se dificultoso.

Mara Gabrilli, deputada Federal pelo PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira desde 2011, é tetraplégica, e para que pudesse participar das votações em curso no Congresso Nacional, foi desenvolvido um equipamento eletrônico que permitisse seu voto mediante o movimento da cabeça.

> Com um movimento da cabeça, a deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP) vai participar da escolha do presidente da Câmara e dos demais integrantes da Mesa Diretora nesta terça-feira. Ela é tetraplégica e será a primeira parlamentar a usar o sistema especial de votação desenvolvido pelo Centro de Informática da Casa. O diretor da Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação, Marco Aurélio Castilho, informa que a equipe criou o sistema a partir de ferramentas já disponíveis no mercado — uma câmera e um software para reconhecimento da face. Segundo ele, a parlamentar vai fazer um movimento com a cabeça e parar na figura do candidato escolhido. "O sistema entenderá que aquilo é um posicionamento como se fosse um toque direto na tela", explica o diretor.
> Segundo ele, nas demais votações a deputada vai usar um laptop adaptado para a leitura da face: "Nós temos aqui os postos de votação. O deputado chega com o seu código e está apto a usar o sistema com o dedo. No caso da deputada Mara, vamos colocar um laptop na mesa dela que vai simular exatamente um posto de votação, com toda segurança e individualidade." Nesse laptop, Mara Gabrilli vai informar a sua senha com a movimentação da cabeça. Também com movimentos, ela poderá votar a favor ou contra das propostas em análise, ou se abster. (Câmara dos Deputados, http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/193063-DEPUTADA-TETRAPLEGICA-TERA-SISTEMA-ESPECIAL-DE-VOTACAO.html acesso em 03/jul/2017)

O instrumento técnico desempenha papel essencial no exercício da democracia, mas o cidadão com deficiência encontra-se diante de controvérsias que tornam necessária a

[6] FONTE: http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-08/ibge-62-da-populacao-tem-algum-tipo-de-deficiencia Acesso em 02/jul/2017

adequação deste instrumento para seu efetivo uso, controvérsias que, se não fossem superadas, seriam impeditivas para sua cidadania. Como as deficiências são diversas, cada uma delas requer adaptações específicas. O exemplo da controvérsia envolvendo a urna eletrônica e a pessoa com deficiência física suscita questionamentos que também podem ser avaliados quando se procura compreender as formas de exercício da cidadania comunicativa pelo mesmo grupo, principalmente se pensarmos que a cultura digital constitui o cenário social contemporâneo e que as pessoas com deficiência enfrentam dificuldades de acessibilidade para participar do universo digital, conforme identificamos em pesquisa anterior[7].

Deuze (2013, p. XII) apresenta a proximidade entre nossa vida social e a tecnologia de forma indivisível, e argumenta que somente teríamos condições de interpretar nós mesmos e o mundo em que vivemos a partir do momento em que aceitarmos que não vivemos *com* a mídia, mas *na* mídia. O autor utiliza a palavra mídia para referir-se ao envolvimento social e tecnológico causado pelas novas tecnologias de informação e comunicação que nos constituem enquanto cidadãos comunicativos. A observação de algumas controvérsias contemporâneas nos faz verificar, entretanto, o quanto determinados grupos ainda enfrentam situações adversas para tal inclusão.

Como uma pessoa que não se movimenta, que não pode sair de sua cama, que não tem condições de se comunicar com o mundo, que precisa da ajuda de outras pessoas para atividades básicas constrói sua cidadania comunicativa? É possível que o cidadão tetraplégico comum, aquele não tem a seu dispor o mesmo suporte oferecido à Deputada na Câmara, tenha acesso à tecnologia que permita o uso de computadores/celulares/tablets com acesso à internet? Quais os hardwares precisam ser utilizados? São necessários softwares de apoio para facilitar sua navegação? Um tetraplégico tem mesmo condições de exercer sua cidadania comunicativa? Que tipo de associações precisaria realizar para tal feito?

"Nos processos comunicacionais digitais se constatam inúmeras possibilidades de criação, produção e mudança social; mas, ao mesmo tempo, ainda existem grandes obstáculos

[7] Ao finalizar a construção da dissertação de Mestrado no ano de 2014, na Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS observamos, diante do contexto exploratório que investigava a construção das identidades por meio dos usos e apropriações dos meios de comunicação realizados por pessoas com deficiência, que as relações no ciberespaço estabelecidas pelo grupo apresentavam ainda interessantes desdobramentos que poderiam ser investigados em uma análise mais detalhada e aprofundada. Agora, no doutorado, damos continuidade à investigação, pesquisando sobre a construção da cidadania comunicativa no ciberespaço pela perspectiva da Teoria Ator-Rede. Buscando entender as controvérsias, peculiaridades e a ação dos elementos humanos e não-humanos na construção da rede sociotécnica desse grupo. Este artigo faz parte da pesquisa em curso no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia.

culturais, educativos, políticos e sociais que freiam a mudança" (MALDONADO, 2015. p. 3). A análise das condições para a prática da cidadania comunicativa por pessoas com deficiência física, pautada pelas provocações propostas pela TAR, nos permite afirmar que os obstáculos enfrentados pelo grupo vão além dos financeiros, culturais, educativos, políticos e sociais, mas que compreendem, uma ampla gama de elementos não-humanos e técnicos.

Considerações: a rede heterogênea da cidadania

Pela interpretação sociológica da TAR, a rede não é mais pensada como aquela que liga os atores em suas relações, mas sim como aquela que os compõem, que os constituem: "a tarefa consiste em desdobrar os atores como redes de mediação – daí o hífen na palavra composta "ator-rede"" (LATOUR, 2012, p. 198). Não é apenas a urna eletrônica que torna viável a democracia no Brasil. A urna está inserida em uma rede onde cada um dos atores envolvidos desempenha papel essencial. Poderíamos considerar nessa rede elementos como os programadores, técnicos da Justiça Eleitoral, a legislação que regulamenta seu uso, os próprios eleitores, as características técnicas da urna, o material do qual ela é feita, os hackers que testam a violabilidade do sistema, a empresa que faz o transporte das urnas até os locais de votação, dentre outros. Quando um desses atores enfrenta algum obstáculo para desempenhar seu papel, como por exemplo, quando não é possível apertar as teclas da urna, quando há queda de energia por um longo período ou quando a urna sofre uma queda, ficamos diante de uma controvérsia que desestrutura o processo de associações.

> A controvérsia é o momento ideal para revelar a circulação da agência, a mediação, as traduções entre actantes, a constituição de intermediários, as relações de força, os embates antes de suas estabilizações como caixas-pretas. Na controvérsia, negociações se estabelecem e engajamentos são desenhados para futuras resoluções. Como sociologia da mobilidade, a TAR tem nas controvérsias o momento e o lugar privilegiados para observar a circulação, a criação e o término das associações, para observar a "agregação social". (LEMOS, 2014. p. 106)

Ao ter a possibilidade de solicitar a instalação de um equipamento que permitisse seu voto na Câmara, a Deputada Mara teve acesso a um direito social e, por consequência, teve também a possibilidade de exercer sua cidadania comunicativa. Ainda que a urna não seja um meio de comunicação tradicional, como o rádio, a televisão, o jornal ou a internet, ela permite a expressão e a transmissão de informações particulares, permite o estabelecimento da comunicação entre os cidadãos e sua participação no processo democrático.

Em entrevista realizada via WhatsApp em 25/06/2017, a ex atleta de Ginástica Artística, Lígia Fonseca, hoje tetraplégica, contou detalhes de sua relação com o processo democrático brasileiro. Apesar das dificuldades de locomoção e acessibilidade, Lígia faz questão de participar das eleições, já que acredita que "se sente ouvida" quando vota. "Eu sempre vou votar com a minha mãe. Ela digita pra mim os números no teclado e depois eu coloco o dedo na almofada de carimbo e aí coloco o dedo no lugar que fica assinatura" (FONSECA, 2017, via WhastApp).

As urnas, as adaptações e àqueles que prestam apoio (no caso de Lígia, sua mãe) seriam assim, elementos-chave na associação da rede formada para o exercício da democracia de pessoas com deficiência física, seriam a materialidade (GUMBRECHT, 1994, 1998, 2010) de sua cidadania comunicativa, pensando nela enquanto possível a partir de uma conexão complexa entre atores heterogêneos. Mesmo sem movimentar braços, mãos e dedos um tetraplégico é capaz de existir democraticamente e desenvolver aspectos primordiais das relações que compreendem parte de sua formação cidadã. A materialidade dos aparatos tecnológicos viabiliza a materialidade de relações subjetivas, tornando concreto aquilo que Arendt (2014) denomina de "a condição humana", fazendo com que privilegiemos um olhar atento para os objetos responsáveis pelas atividades cidadãs desenvolvidas pelos deficientes físicos e por sua "produção de presença", compreendendo "todos os tipos de eventos e processos nos quais se inicia ou se intensifica o impacto dos objetos "presentes" sobre corpos humanos (GUMBRECHT, 2010, p. 13). A presença do elemento técnico no cotidiano de pessoas com deficiência física permite a elas o desenvolvimento de sua atividade de trabalho, obra e ação, preceitos que, segundo Arendt (2014), seriam os principais e necessários para uma vida justa e plena.

Referências

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução: Roberto Raposo. 11ª ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

ARISTÓTELES. Tradução e notas de Antonio Campelo Amaral e Carlos Carvalho Gomes. Edição bilíngue. Lisboa: Editora Veja, 1998.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Grafia Braille para a Língua Portuguesa / elaboração : Cerqueira, Jonir Bechara... [et al.]. Secretaria de Educação Especial. Brasília: SEESP, 2006.

CORNETI DE LIMA, V. M. **Deficientes on-line, ciborgues midiatizados.** Dissertação (mestrado) —

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação, São Leopoldo/RS, 2014.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.

CRESPO, Ana Maria Morales. **Da invisibilidade à construção da própria cidadania:** os obstáculos, as estratégias e as conquistas do movimento social das pessoas com deficiência no Brasil. Tese de Doutorado em História Social. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2009.

DEUZE, Mark. **Media Life.** Printed in USA by Edwards Brothers Malloy, 2013.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Aprendiz do futuro: cidadania hoje e amanhã**. Editora Ática: São Paulo, 1999. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXX

_____. **O cidadão de papel**: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. 14ªed. São Paulo: Ática, 1998.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado**. [ed.] Rafael Cardoso. [trad.] Raquel Abi-Sâmara. São Paulo : Cosac Naify, 2007.

FONSECA, Felipe Schmidt. **Redelabs**: laboratórios experimentais em rede. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP : [s.n.], 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2014.

GESOMINO, Renata. **A arte da lata**: uma crítica à estética da "gambiarra" ou como tecer uma análise crítica sem utilizar os discursos da precariedade e da provisoriedade. Revista Poiésis, n 25, p.215-229, Julho de 2015

GUERRA, Paula, MOREIRA, Tânia (org.). **Keep it Simple, Make it Fast**! An approach to underground music scene. First Published May 2015 by Universidade do Porto. Faculdade de Letras [University of Porto. Faculty of Arts and Humanities] Porto, Portugal

GUMBRECHT, H.U. **Modernização dos Sentidos**. São Paulo, Ed.34, 1998..

_____. **Produção de presença**. O que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro, RJ. Ed. PUC, 2010.

GUMBRECHT, H.U.; PFEIFFER, K.L. (orgs). **Materialities of Communication**. Stanford, Stanford University Press, 1994.

HARMAN, G. **Decadencia en el sentido biográfico**. Tomando distancia de la Teoría del Actor-Red. Cuadernos de Teoría Social, Año 2, n.º 4, 2017.

_____. **Immaterialism**: objects and social theory. Malden, MA: Polity, 2016.

HEIDEGGER, Martin. **A questão da técnica. scientiæ studia**. 2007 [1953], Vol. 5, 3, pp. 375-398.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz & FRANÇA, Vera Veiga (Orgs). **Teorias da Comunicação**: conceitos, escolas e tendências, Petrópolis: Vozes, 2001.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LASSWELL, Harold D. **The structure and function of communication in society**. New York, 1948.

LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo : Unesp, 2011.

_____. **On technical mediation** - philosophy, sociology, genealogy. Fall. 1994b, Vol. 3, 2.

_____. **Reagregando o Social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador : Edufba, 2012.

LAW, John. **Notes on the Theory of the Actor Network**: Ordering, Strategy and Heterogeneity. On-line paper. Published by the Centre for Science Studies, Lancaster University, Lancaster LA1 4YN, at http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Notes-on-ANT.pdf , 1992.

LEMOS, A. **A comunicação das Coisas**. Teoria Ator-Rede e Cibercultura. São Paulo, Annablume, 2013.

_____. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulinas, 4ª ed, 2008.

LOPES et al. **Resgate da autonomia de pessoa com deficiência por meio do acesso à informática possibilitada pela utilização de um mouse ocular**. Revista do Hospital Universitário Getúlio Vargas, v.10. n. 1-2 jan./jul. –2011

LOPES, Maria Immacolata Vassallo. **Pesquisa em comunicação**. Edições Loyola, 1990.

MALDONADO, Alberto Efendy. A transmetodologia no contexto latino-americano. In: MALDONADO, Alberto Efendy... [*et al.*] (org.). **Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação**. Rio Grande do Sul: UNIDAVI, 2012

_____. **A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade**. In: Anais do XX Encontro da Compós, GT Comunicação e Cidadania, UFRGS, Porto Alegre, 14- 17 de junho de 2011.

_____. **Transmetodologia, cidadania comunicativa e transformação tecnocultural**. Revista Intexto,, Porto Alegre, UFRGS, n. 34, p. 713-727, set./dez. 2015

MARSHALL, T. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MATA, María Cristina. **Comunicación y ciudadanía**: problemas teóricos-políticos de su articulación. Fronteiras: estudos midiáticos, São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 5-15, jan.-abr., 2006.

MATTELART, Armand. **Comunicação mundo**: história das idéias e das estratégias. Tradução de Guilherme João de Freitas. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **A globalização da comunicação**. Bauru/SP: EDUSC, 2000.

MONJE et al. **Ciudadania Comunicativa: aproximaciones conceptuales y aportes metodológicos**. In: PADILLA FERNANDEZ, A. ; MALDONADO, E. (Orgs). Metodologias Transformadoras: tejiendo la red em comunicación, educación, ciudadania y integración em America Latina. Caracas, Fondo Editorial CEPAP: UNESR, 2009

MOROZOV, Evengy. **To save everything, click here**. The folly of technological solutionism. United States, Public Affairs, 2013.

MURTA, Sheila Giardini; GUIMARÃES, Suely Sales. **Enfrentamento à lesão medular traumática**. Revista Estudos de Psicologia 2007, 12 (1), 57-63

ROCHA, Simone Maria. **Cidadania cultural-comunicativa**: uma nova performance das minorias na televisão?. Revista Questão, Porto Alegre/RS, v. 15, n. 01, jan/jun 2009, p. 157-172.

SOARES, Carminha. **A inclusão social e a mídia**: um único olhar. São Paulo: Cortez, 2009.

VENTURINI, Tommaso. **Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory.***Public Understanding of Science*, Thousand Oaks, v. 19, n. 3, p. 258-273, abr., 2010.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.